

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO

ALINE ANDRÉA COSTA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

VITÓRIA

2021

ALINE ANDRÉA COSTA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário
Salesiano- Unisales, como requisito
obrigatório para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social. Orientadora:
Profª Virgínia Pertence Couto.

VITÓRIA
2021

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof^a. Virgínia Pertence Couto – Orientador

Prof^a Jaqueline Silva

Assistente Social Camila Valadão

Dedico esse trabalho de conclusão de curso à minha família que me apoiou durante todo o período do curso e amigos e colegas de trabalho que me incentivaram para perseverar no curso até a conclusão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, por ter me sustentado até aqui, me dando forças e saúde para concluir esse Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço à minha família, em especial meu esposo, minha filha e minha mãe, por tantas vezes compreender os momentos que tive que abrir mão dos momentos de família para estudar e por me incentivar a nunca desistir e concluir o curso que eu tanto desejei.

Aos meus queridos amigos e colegas que também me incentivaram e me apoiaram para ir em frente, e para quem me compreendeu quando precisei me ajustar no trabalho para finalizar meu trabalho de conclusão de curso.

Sou grata também aos meus professores (as), por tanta dedicação, incentivo e toda a organização em todas as matérias disponibilizadas ao nosso curso. Bem como todo o material disponível para o meu aprendizado.

Em suma, sou eternamente grata a minha orientadora que não mediu esforços para uma orientação bem explicada e muito bem corrigida, seja com um atendimento presencial, online ou por telefone. Gratidão pelo seu carinho.

Finalizo parafraseando um versículo bíblico onde diz: “Tudo posso, naquele que me fortalece”. (Filipenses, 4:13)

Somente na força que Deus me deu, eu chego até aqui.

Superei todos os meus limites, enfrentei muitas dificuldades, muitas divergências, mas com cautela e muita dedicação e amor a profissão que tanto sonhei, eu consegui.

Enfim, agradeço a toda Equipe Unisaes que me proporcionou esse tempo de estudo, com a maior excelência.

O conhecimento serve para encantar as pessoas,
não para humilhá-las.
(Mário Sérgio Cortella)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral, descrever a atuação do profissional do Assistente Social em uma instituição que atende crianças e adolescentes no Espírito Santo.

Com os objetivos específicos de identificar as demandas mais recorrentes na instituição, identificar os desafios e dificuldades enfrentados pelo Assistente Social na prática de sua profissão e descrever as atribuições do Serviço Social em prol da garantia de direitos sociais da criança e do adolescente na instituição.

A pesquisa foi realizada de forma descritiva, que expõe característica de determinada população e o sujeito da pesquisa é um profissional de Serviço Social na instituição destinada ao estudo.

E assim traçar resultados acerca do assunto levantado, para poder se levantar hipóteses ou mesmo descobertas acerca dos problemas, e como é realizado o serviço na instituição e realizar apontamentos relevantes sobre a funcionalidade na instituição. Os resultados desta pesquisa possibilitam identificar as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Palavras- chaves: crianças e adolescentes, assistente social e serviço social.

ABSTRACT

This Course Completion Paper (TCC) has the general objective of describing the role of the Social Worker in an institution that serves children and adolescents in Espírito Santo.

With the specific objectives of identifying the challenges and difficulties faced by the Social Worker in the practice of their profession and describing the attributions of Social Work in favor of guaranteeing the social rights of children and adolescents in the institution.

The research was carried out in a descriptive way, which exposes characteristics of a certain population and the research subject is a Social Work professional at the institution intended for the study.

And so to draw results about the raised subject, to be able to raise hypotheses or even discoveries about the problems, and How the service is carried out in the institution and make relevant notes about the functionality in the institution. The results of this research make it possible to identify the actions of the Service for Coexistence and Strengthening Bonds

Keywords: children and adolescents, social worker and social service.

LISTA DE SIGLAS

CEP- COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

CF- CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CONEP- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECRIAD- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FEBEM- FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM ESTAR DO MENOR

LBA- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

LOAS- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOPS- LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

MDS- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NOB- NORMA OPERACIONAL BÁSICA

OSC- ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

PAIF- PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA

PNAS- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PSB- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PSE- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

SCFV- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

SUAS- SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
OBJETIVOS	13
Objetivo geral	13
Objetivos específicos.....	13
1.2 JUSTIFICATIVA	13
 2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	15
Percurso Histórico da Profissão	15
Serviço Social na Contemporaneidade	18
SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	29
Infância no Brasil.....	31
 3 METODOLOGIA	36
Tipo de Pesquisa.....	36
LOCAL E SUJEITO DA PESQUISA	36
PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	36
TRATAMENTO DOS DADOS	37
ASPECTOS ÉTICOS.....	37
 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	39
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE A – ENTREVISTA.....	51
APÊNDICE B – TERMO DE RESPONSABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE DADOS	52
APÊNDICE C –DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO- PARTICIPANTE	53

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema O trabalho do Assistente Social em um Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) junto às crianças e adolescentes de uma instituição no Espírito Santo. O interesse neste estudo surgiu no cenário do estágio, em uma área correlata, visando identificar as demandas mais recorrentes e os desafios no âmbito profissional do Assistente Social em uma Organização de Sociedade Civil (OSC), bem como, compreender as atribuições do Serviço Social em prol da garantia de direitos sociais das crianças e adolescentes.

Abordar a atuação do Assistente Social no SCFV que é voltada às múltiplas expressões da questão social, abordando a grande relevância de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visto que a Assistência Social é um campo privilegiado da intervenção profissional (IAMAMOTO, 2012 a).

O Serviço Social no Brasil teve sua origem marcada pela igreja, onde a atuação profissional era restrita a atividades sociais que evidenciavam a doutrina religiosa por meio de um movimento reformista e conservador que perpetuou a trajetória da profissão por um longo período. A questão social até então era percebida com algo inevitável (SILVA e SILVA, 1995).

Em meados do fim da década de 70 a luta para romper com a prática conservadora, que tanto marcou a história da profissão, configura-se em um esforço da categoria em propor que esta direcionasse sua atenção aos interesses dos explorados, buscando assim novos fundamentos e respostas para sua ação profissional (SILVA e Silva, 1995).

Anos mais tarde em meio as lutas da categoria em algumas conquistas, sendo uma destas o Código de Ética Profissional, instrumento de apoio para o exercício do assistente social que passa a assumir o compromisso em defesa dos direitos humanos, o que resulta em novas formas de realização de sua prática profissional em meio às múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2012, 41).

Assim sendo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) por meio do caderno de orientações Técnicas sobre o SCFV para as crianças e adolescentes evidencia o Serviço como parte integrante da Proteção Social Básica e articulado com o Programa de Atenção Integral a família (PAIF) (Brasil, 2010 a).

Sua organização se realiza por faixas etárias, são elas:

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças até 6 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 15 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 15 a 17 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (BRASIL, 2010, p.30-31).

O SCFV permite um conjunto de ações que envolvam para a criança e o adolescente a cidadania e o combate a violação de direitos dos mesmos, promovendo a inclusão, buscando as expressões mais complexas da questão social, a fim de garantir os direitos das crianças e adolescentes que estão sob risco social e vulnerabilidade social, desvendando assim a intervenção e a efetivação do exercício profissional do Assistente Social (BRASIL, 2010).

Segundo Simões (2010, p.218) “[...] no Brasil colonial e imperial, a assistência a crianças e adolescentes abandonados era atribuída a entidades da igreja e às irmandades de misericórdia, a exemplo da Europa, com caráter assistencialista ou benemérito, no sentido caridoso [...]”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe que:

Art.227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Neste contexto iremos abordar a prática profissional do assistente social, nesse espaço de trabalho, bem como fundamentação teórica sobre a Política de Assistência Social em sua trajetória, a partir da Constituição Federal de 1988, seguida da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005 e suas proteções divididas em proteção social básica, , proteção social especial de média e alta complexidade, evidenciando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como parte integrante da proteção básica (BRASIL, 2005).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Descrever a atuação profissional do assistente social em uma instituição que atende crianças e adolescentes no Espírito Santo.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as demandas mais recorrentes na instituição relatada.
- Identificar os desafios/ dificuldades enfrentadas pelo assistente social na sua prática profissional na instituição.
- Descrever as atribuições do Serviço Social em prol da garantia de direitos sociais da criança e do adolescente nesta instituição.

JUSTIFICATIVA

Abordar o tema “O trabalho do Assistente Social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, bem como seus desafios e dificuldades na sua prática profissional, deve considerar que:

Embora o estudo da prática profissional não seja uma temática nova no campo da pesquisa, abordar essa temática é sempre de grande relevância, visto que a intervenção do assistente social resulta na busca por uma mudança societária em uma sociedade que demanda questões cada vez mais complexas. Entretanto, muitos são os desafios vivenciados pelos profissionais na realização de uma prática interventiva (IAMAMOTO, 2012a).

Sendo assim, o presente estudo visa discutir o papel do Assistente Social e sua participação na garantia de direitos das crianças e adolescentes e seus familiares a partir da Constituição Federal de 1988, especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Neste sentido a relevância do estudo considera a importância a atuação do Assistente Social pelo trabalho realizado frente às múltiplas expressões da questão social, bem como na atuação do mesmo, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Retratando a demandas do agir profissional diante da realidade local, buscou-se descrever no presente trabalho a realidade das questões e implicações que o assistente social encontra no seu exercício profissional.com a importância de prevenir a ocorrências de situações de risco social e promover o convívio

social, portanto, com vistas a alcançar os objetivos deste estudo, o mesmo foi dividido em diferentes tópicos, a saber: Referencial Teórico que aborda os temas O Serviço Social no Brasil, Percurso Histórico da Profissão, Serviço Social na Contemporaneidade, onde foi traçado o percurso histórico da profissão, passando pelo importante movimento de revisão conceitual, denominado Movimento de Reconceituação, até a abordagem da contemporaneidade da profissão em seus princípios e instrumentalidade. Após, em outro tópico foi abordado, brevemente, o percurso da Política de Assistência Social, até os dias atuais, incluindo o Sistema Único da Assistência Social. Finalizando o Referencial Teórico, abordamos o tema Crianças e Adolescentes, no que se refere às legislações específicas deste segmento populacional. Após a fundamentação teórica foi descrito o percurso metodológico da pesquisa que consiste em uma pesquisa qualitativa e descritiva, onde foi realizada entrevista semi aberta com uma profissional do Serviço Social de um SCFV, com vistas a descrever sua atuação profissional. No capítulo denominado Resultados e Discussão da Pesquisa, foram apresentados os dados coletados na entrevista semiestruturadas, realizada com uma profissional do Serviço Social de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Finalmente, encerrando o presente estudo, foram traçadas as Considerações Finais que nos permite afirmar que

2 REFERENCIAL TEÓRICO

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Percurso Histórico da Profissão

Na década de 40, o Serviço Social surge no Brasil e a profissão tem ligação com as doutrinas da Igreja Católica, formulando seus objetivos em um pensamento conservador, Iamamoto diz que:

Naquele período, a igreja e o Estado se unem para resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, ficando a cargo da Igreja Católica a tarefa de harmonizar as classes em conflito na tentativa de manter o controle sobre o proletariado. A igreja também tinha o papel de ordenar às relações de produção, a partir de costumes cristãos, exigindo da classe burguesa o comunitarismo, criando movimentos católicos e ações integralistas, se tornando desta forma a porta voz do povo. “Os relatos existentes sobre as tarefas desenvolvidas pelos primeiros Assistentes Sociais demonstraram uma atuação doutrinária e eminentemente assistencial”. (IAMAMOTO, 2011, p.200).

As Assistentes Sociais tinham objetivos de transformar os grupos na sociedade, sentindo a necessidade de intervir na formação moral, intelectual e social nas famílias.

Segundo IAMAMOTO (2011), a situação vivida pelo proletariado era como se fosse uma deformidade na formação moral [...] negando as transformações econômicas e sociais, passando a ser uma ação ideológica a ação do Assistente Social.

O Serviço Social na década de 50 introduz na sua construção o pensamento conservador positivista.

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca da recuperação da hegemonia do pensamento social na Igreja face a “questão social”. (YAZBEK, 2009, p. 146).

De acordo com CARVALHO (2009) o Serviço Social surge com o desenvolvimento capitalista, trazendo como consequência o aumento das desigualdades sociais e o surgimento das expressões da questão social.

É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois, produzidas pelo capitalismo industrial, buscou afirmar-se historicamente na sua própria trajetória se rebelando como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela igreja, com uma mistificada ilusão de servir (MARTINELLI, 2011, p.66).

Segundo YAZEBEK (2009), o Estado vai impulsionando a profissionalização do Assistente Social e ampliando seu campo de trabalho, com novas formas de enfrentamento da questão social.

Com o Movimento de Reconceituação o Serviço Social objetivou construir uma postura e prática crítica da profissão, revisando seus pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos e as práticas profissionais vinculadas à caridade e ao positivismo.

“A partir da crítica buscava-se uma referência distinta da qual orientava a profissão até então, desde sua emergência, de cunho conservador, com objetivo de orientar e redimensionar o exercício profissional do Serviço Social”. (KONNO, 2005, p. 7).

Assim o Serviço Social começa a repensar suas funções de um modelo cunho conservador de um país onde o capitalismo se fortalecia.

Segundo NETTO (2009), no Brasil, a reconceituação da profissão teve três vertentes distintas: a Perspectiva Modernizadora, do Conservadorismo, propondo modificações no trabalho profissional, assumindo um viés conservador, a Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, propondo restaurar os elementos da tradição conservadorista com elementos da ideologia da Igreja Católica e, por fim, a Perspectiva de Intenção de Ruptura que, sendo contrárias às duas outras, buscou romper o conservadorismo tradicional.

Segundo Barroco e Terra (2012) o Código de Ética é um resultado do projeto ético político, avançando na hegemonia no Serviço Social brasileiro em um desenvolvimento de oposição de luta entre pensamentos e projetos profissionais e sociais. Sendo assim, o Código de Ética respalda os profissionais através de suas atribuições.

Os fundamentos do trabalho do Serviço Social são entendidos aqui na perspectiva das diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996), ao consolidarem que a intervenção do assistente social deve ser composta de três dimensões: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo. As referidas dimensões apresentam níveis diferenciados de apreensão da realidade da profissão, porém são indissociáveis entre si, formando uma unidade, apesar de suas possíveis particularidades (GUERRA, 2000).

São requisitos primordiais a competência teórica- metodológica, técnico operativo e ético político segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A competência teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político são requisitos primordiais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com a compreensão os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo e trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são de suma importância para aprender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7)

O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão é resultado das demandas da sociedade capitalista e suas estratégias e mecanismos de opressão social e reprodução da ideologia dominante. Como profissão que surge de uma demanda posta pelo capital, institucionaliza-se e legitima-se como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, mas com um suporte de uma prática cristã ligada à Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e da regulação da chamada questão social que, a partir dos anos 30, adquire expressão política pela intensidade das manifestações na vida social cotidiana (YAZBEK, 2002, p.92).

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) o Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Esse instrumento legal marca, assim, a criação do, então, CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS. Para efeito da constituição e da jurisdição dos CRESS, o território nacional foi dividido inicialmente em 10 Regiões, agregando em cada uma delas mais de um estado e/ ou território (exceto São Paulo) que, progressivamente, se desmembraram e chegaram, em 2008, a 25 CRESSs e duas Seccionais de base estadual. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) os Conselhos profissionais, nos seus primórdios, se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíram num espaço coletivo de interlocução.

A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Tais características também marcaram a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social

Serviço Social na Contemporaneidade

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e realiza sua ação profissional no âmbito das políticas sócio assistenciais, na esfera pública e privada. Desenvolvendo assim a abordagem profissional direta junto à população que procura as instituições, bem como, de modo indireto por meio de pesquisa, da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais (PIANA, MC, 2009).

Segundo José Filho (2002, p.56)

O Serviço Social atua na área das relações sociais, na sua especificidade. Deve ser buscado nos objetivos profissionais, tendo estes serem adequadamente formulados guardando estreita relação com objeto. Essa formulação dos objetivos garante-nos, em parte, a especificidade de uma profissão. Em consequência, um corpo de conhecimentos teóricos, métodos de investigação e intervenção e um sistema de valores e concepções ideológicas conformariam a especificidade e integridade de uma profissão.

Portanto, o Serviço Social é uma prática, um processo de atuação que se alimenta por uma teoria e prática, tornando um contínuo ir e vir iniciado na prática dos homens face aos desafios de sua realidade.

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos (PIANA, MC, 2009).

Segundo NETTO (1990), o Projeto Ético Político, desde 1990, tem como base a defesa do total acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos das políticas e da democracia, da ampliação das funções democráticas do Estado e por outro lado da pressão dos elementos progressistas, emancipatórios.

Os seus elementos norteadores têm como respaldo as prerrogativas constantes no Código de Ética profissional, o qual tem como núcleo a liberdade como valor central, “concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas (NETTO, 1999, p.104).

Portanto, podemos afirmar que implica compromisso com a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais.

Na trajetória do Serviço Social, podemos identificar várias discussões sobre os principais instrumentos de trabalho do Assistente Social.

Segundo Guerra (2000), a partir do encontro do Serviço Social com o Marxismo, existem três níveis de instrumentalidade do Serviço Social. Que são: a funcionalidade ao projeto reformista burguês, a peculiaridade operatória e as análises universais às singularidades da intervenção profissional (GUERRA, 2000).

O debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social percorre sua história, onde se constitui como profissão no momento histórico em que o Estado e o empresariado começam a intervir nas consequências da questão social, nas chamadas políticas sociais (CARVALHO e IAMAMOTO, 2005).

Assim o Serviço Social surge como uma profissão totalmente interventiva, visando mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas.

A instrumentalidade do Serviço Social é pensar nas infinitas formas de intervenção profissional, fazendo com que se reflita o que de real tem cada história do indivíduo, entendendo a realidade em que se encontra, para intervir corretamente (IAMAMOTO, 2004).

Guerra (2004) resume o sentido dessa reflexão.

A clara definição do “Para que” da profissão, possível desde que iluminada por uma racionalidade (como forma de pensar) que seja dialética e crítica, conectada a capacidade de responder eficazmente às demandas sociais, se constituirão na condição necessária, talvez não suficiente, à manutenção da profissão. Aqui se coloca a necessidade de dominar um repertório de técnicas, legada do desenvolvimento das ciências sociais, fruto das pesquisas e do avanço tecnológico e patrimônio das profissões sociais (e não exclusividade de uma categoria profissional), mas também um conjunto de estratégias e táticas desenvolvidas, criadas e recriadas no processo histórico no movimento de realidade (GUERRA, 2004, p. 115-6).

A linguagem é o instrumento primordial dos profissionais do Serviço Social, pois é nela que possibilita a comunicação entre os indivíduos.

Segundo Iamamoto (1995, p.101), “[...] o Serviço Social, como uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, tem como recurso básico de trabalho a linguagem [...]”.

Portanto, é nas formas de comunicação que consiste no espaço das instituições de trabalho do Assistente Social.

Sobre a interação face a face podemos dizer que:

(...) permite que a enunciação de um discurso se expresse não só pela palavra, mas também pelo olhar, pela linguagem gestual, pela entonação, que vão contextualizar e possivelmente identificar subjetividades de uma forma mais evidenciada. Sob esse enfoque, pode-se dizer que o discurso direto expressa uma interação dinâmica (MAGALHÃES, 2003, P. 29).

No decorrer do estudo, iremos observar alguns instrumentos de trabalho, face a face da história da profissão.

Sousa (2008) apresenta os principais instrumentos do Serviço Social:

a) Observação participante

O Assistente Social estabelece uma interação face a face, observando os sentidos, estabelecendo uma relação social com os outros, participando do processo de conhecimento, acerca da realidade que está sendo investigada. Segundo Cruz Neto (2004) [...] observar é muito mais que ver ou olhar. Observar é estar atento, é direcionar o olhar, é saber para onde se olhar [...].

b) Entrevista individual ou grupal

O assistente social tem o papel de conduzir o diálogo, se direcionando aos objetivos que quer alcançar com o usuário ou os usuários. É um processo de comunicação direta entre o Assistente Social e o usuário.

Nesse caso o Assistente Social também emite suas opiniões, valores a partir do conhecimento que ele já possui do caso, é necessário fazer um planejamento de conhecimento teórico e metodológico como busca de alcançar o objetivo estabelecido (SILVA, 1995).

c) Mobilização de comunidades

Os Assistentes Sociais podem desenvolver trabalhos em comunidade de um modo geral, de interesses comuns. Compreendendo dentro de um contexto econômico, social, político e cultural.

Segundo Souza (2004)

Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que tem interesse e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que dadas as suas condições fundamentais de existência, tende ampliar continuamente o âmbito de repercussão de seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns (SOUZA, 2004, p. 68).

Sendo assim, trabalhar em comunidade é compreendê-la dentro de um contexto econômico social, político e cultural de uma sociedade.

d) Visita domiciliar

Seu principal objetivo é conhecer as condições e o modo de vida da população atendida em sua realidade cotidiana, em seu domicílio. É um instrumento que aproxima a instituição que está atendendo ao usuário de sua realidade, através do Assistente Social.

e) Visita institucional

f) O Assistente Social realiza visitas às instituições de diversas naturezas, entidades públicas, empresas, ONGs, etc. Com o objetivo de obter conhecimentos teóricos e técnicos de políticas sociais.

g) Diário de campo

O diário de campo é um instrumento no qual o Assistente Social demonstra que está sempre em processo de aprendizagem e conhecimento, se reconhecendo no trabalho, identificando suas dificuldades, limites e possibilidades de trabalho.

Auxilia no processo de trabalho, contendo anotações livres do profissional, sistematizando suas atividades e reflexões no cotidiano do trabalho.

h) Relatório social

É um instrumento de exposição do trabalho realizado, das informações adquiridas, relatando os dados da intervenção realizada pelo profissional. Para Magalhães (2003), [...] é importante saber para quem se escreve, portanto, escrever bem [...].

Pois pode ser para o outro profissional que esse relatório social pode ser produzido.

h) Parecer Social

Um parecer social é uma avaliação teórica e técnica realizada pelo Assistente Social dos dados coletados. De acordo com O Código de Ética Profissional, requer um posicionamento diante das situações verificadas na realidade social do trabalho do Assistente Social.

i) Dinâmica de grupo

Onde o Assistente Social pode usar em diferentes momentos em sua intervenção, no momento em que tiver um maior número de usuários, podendo levantar um debate sobre algum tema relevante para todos os usuários, observando comportamentos e com o objetivo de atingir a finalidade do profissional.

Encerramos aqui a apresentação dos instrumentos de trabalho do Assistente Social, mostrando a importância das técnicas de intervenção utilizadas no Serviço Social.

No processo de ruptura com conservadorismo, o Serviço Social passou a tratar o campo das políticas sociais, não mais como âmbito relacionado à demanda da população economicamente carente e como oferta do sistema capitalista, mas acima de tudo como meio de acesso aos direitos e à defesa da democracia. (PIANA, MC, 2009).

Encerramos, aqui, uma breve conceituação do Serviço Social na contemporaneidade, que deve fundamentar a atuação do profissional em qualquer espaço sócio ocupacional.

SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Aqui iremos abordar, especificamente, o caminho da política de assistência social no Brasil para que possamos ter melhor compreensão do âmbito de trabalho do assistente social, em estudo neste trabalho de conclusão de curso.

Em 1942, no Governo Getúlio Vargas, foi criada a LBA- Legião Brasileira de Assistência que se volta para a assistência à maternidade e a infância. Surgia, assim a primeira instituição social brasileira, com sua gênese marcada pelas mulheres e pelo patriotismo.

Nesse momento, esse órgão no interior do Estado federal tem por significado formar a assistência social como ação social. É ato de vontade e não de direito de cidadania como coloca Sposati (2005, p. 20).

Em 1946, a LBA passa por um reordenamento, ampliando suas ações e objetivos, mas, mantém seu caráter assistencialista, legitimando-se como uma resposta institucional à pobreza. Caracterizava-se pelo assistencialismo, envolvendo religiosas e o primeiro damismo. “Esse modelo predominou até o golpe de 1964, apesar da democratização vivida pelo País desde 1946” (FALEIROS, 2000, p. 46).

Contudo, antes do golpe militar, foi aprovada, em 1960, a primeira Lei da Previdência Social, denominada Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), buscando diminuir o tempo de trabalho do segurado que, sujeito às condições especiais, laborasse em atividade que, por sua natureza, poderiam causar danos à saúde ou à sua integridade física (BRASIL, 1960).

A Lei Orgânica da Previdência Social de 1960 estabeleceu um marco de unificação e uniformização das normas infraconstitucionais existentes sobre a Previdência Social, já buscada, mas até então nunca alcançadas.

A assistência social tornou-se parte integrante da rede de proteção social pública no Brasil, apenas à partir da Constituição de 1988.

No Brasil a década de 80 é marcada por grandes avanços, principalmente no que se refere aos direitos sociais contidos na Constituição Federal (CF) de 1988. Segundo Couto (2004) é possível notarmos isso a partir do artigo 3 (três) da própria Constituição que define seus objetivos da seguinte forma:

- I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – Garantir o desenvolvimento nacional;
- III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2012a, p. 8).

De acordo com Couto (2004), os objetivos citados anteriormente e contidos no Art. 3º vão além do reconhecimento da pobreza e da desigualdade social no país, pois é a partir deles que se colocam a obrigatoriedade e a emergência da ação do país na solução das desigualdades sociais.

A assistência social ainda não era reconhecida como direito, antes da Constituição Federal de 1988. As ações desenvolvidas eram como se fossem caridades e assistencialismo e a população era reconhecida como miseráveis e desvalidos (CARVALHO, 2008).

A Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental, porque reconhece a assistência social como política social, que junto com as políticas de Saúde e Previdência Social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro e define assim como a Previdência Social e a Saúde as diretrizes financeiras, de gestão e de controle social.

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 2001, p.113).

A proteção da assistência social se dispõe no artigo 203 da Constituição Federal de 1988.

Art. 203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

E, também na Constituição Federal de 1988, as ações governamentais estão claramente delimitadas no artigo 204 e 195.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I – descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 2012a, p. 56).

Os artigos 203 e 204 foram o primeiro passo no desenvolvimento de uma lei ordinária que regulamentasse a relação entre Estado e sociedade em favor das necessidades sociais advindas da população carente. O processo de lentidão que configura nesta transformação, fez com que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) tornasse a última da seguridade social a ser regulada (COUTO, 2004).

A partir de 2005, a assistência social passa por um novo reordenamento técnico, jurídico e político com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

A aprovação de Norma Operacional Básica NOB/SUAS, no dia 14 de julho de 2005, institui um piso de financiamento da política, baseado em números de habitantes dos municípios que são caracterizados por seu porte em pequenas, médias e grandes metrópoles (BRASIL, 2005).

Em Brasília, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, buscando a implantação do Sistema Único da Assistência Social, foi resultado de 11 anos de formulação e debate em todos os Estados e consagra os eixos estruturantes para implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Trata-se de modelo de gestão para todo território nacional, integrando os três entes federativos, visando a consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 2005).

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (PNAS, 2004, p. 41).

Assim o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi uma conquista no campo social, pois criou e determinou as bases dos processos de

descentralização, definindo com mais clareza as ações intersetoriais e finalidades da Assistência Social (CAVALCANTE; RIBEIRO, 2012).

Assistência Social, como política de Estado, é uma condição para o alargamento e crescimento do complexo sistema de bem-estar social brasileiro que é constitucionalmente concebido como seguridade social. Como política pública deve manter rede de serviços para a garantia da proteção social ativa.

O paradigma do direito em que deve se fundamentar a construção do SUAS está expresso no princípio constitucional do direito sócio assistencial como proteção de seguridade social, regulado pelo Estado como se dever e direito de todo o cidadão (SPOSATI, 2004: P. 171).

Por fim, cabe ressaltar a estruturação dos serviços de assistência social, suas ações passam a ser divididas em dois níveis de proteção, são elas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), sendo a PSE dividida em média e alta complexidade, isso demonstra atenção pública e ações diferenciadas para cada nível de desproteção (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2011).

Desse modo, a Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2009), considerando a LOAS\93, PNAS\2004, NOB\SUAS de 2005 e NOBRH\SUAS de 2006, define e detalha os serviços por níveis de complexidade como dispõe a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009a).

Segundo a PNAS a Proteção Social Básica tem como foco principal a prevenção dos riscos sociais, seu objetivo é o trabalho voltado para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por meio de um conjunto de ações destinadas a população. Seus serviços são ofertados nos territórios dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2005).

Segundo a Tipificação os principais serviços ofertados na Proteção Social Básica são: “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas” (BRASIL, 2009a, p.5).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família tem como função principal trabalhar o fortalecimento dos vínculos, prevenindo assim sua ruptura, sua finalidade é a proteção das famílias, fazendo com que estas tenham acesso a seus direitos para melhoria de sua qualidade de vida, além disso, suas ações visam à prevenção de situações que coloquem em risco os indivíduos, famílias e seus membros (BRASIL, 2009a).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no geral é descrito pela Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2009a) como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009a p.9).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é dividido para crianças até 6 anos; de 6 a 15 anos e de 15 a 17 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (BRASIL, 2010, p.30-31).

O SCFV para crianças até 6 anos busca por meio de atividades de vivência pautadas principalmente nas brincadeiras a socialização das crianças e o fortalecimento dos seus vínculos familiares para que esta se sinta acolhida e segura (BRASIL, 2009a).

O Serviço para Criança e adolescente de 6 a 15 anos, é voltado para desenvolvimento e autonomia de seus participantes através da participação nos espaços de convivência, esses espaços têm como objetivo proporcionar experiências capazes de fortalecer a aprendizagem, a sociabilidade por meio de experiências lúdicas que envolvam a cultura, além da prática esportiva (BRASIL, 2009).

O caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para criança e adolescentes destaca seus objetivos específicos no que se refere:

- Complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e para o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competência para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;

- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional (BRASIL, 2010, p. 43-44).

Para os adolescentes e jovens de 15 a 17 anos o principal foco é o trabalho que fortaleça o convívio familiar e comunitário, o objetivo é contribuir para que estes permaneçam ou retornem ao ambiente escolar a partir do desenvolvimento de práticas que possibilitem e estimulem o seu convívio social e a sua participação cidadã (BRASIL, 2009a).

Por fim, o SCFV para idosos que visa principalmente à prática de atividades que venham contribuir para um envelhecimento saudável, nesse sentido, as atividades podem incluir experiências artísticas ou culturais entre outras, além da prevenção de risco social e proteção social, valorizando o fortalecimento dos vínculos familiares (BRASIL, 2009a).

Assim, podemos afirmar que a Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental nesse processo porque reconhece a assistência social como política social que junto com a Política de Saúde e Previdência Social, compõe o sistema de seguridade social brasileiro.

A seguir iremos abordar as legislações referentes às crianças e adolescentes, público atendido pela instituição local desta pesquisa.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Encerrando o referencial teórico que nos oferece fundamentação para a discussão os dados da pesquisa e para entender um pouco sobre a trajetória da criança e do adolescente no Brasil, vamos fazer um breve histórico.

No Brasil Colônia, a ideia de proteção e sentimento em relação a criança não existia, ou seja, as crianças eram consideradas “animais” que deveriam ter aproveitada sua força de trabalho enquanto durassem suas curtas vidas, ou seja, a expectativa de vida era de 14 anos de idade, onde metade dos nascidos vivos morriam antes de completar os 7 anos de idade (PRIORE, 2000).

Eles viviam em extrema pobreza e como alternativa para livrá-los da pobreza, eram inseridos, precocemente, no trabalho para, em consequência, receberem recurso financeiro, o qual entregavam para a Marinha. Tinham péssimas condições de trabalho, péssima alimentação, tragédias a bordo e até mesmo exploração sexual.

Os pajens, por sua vez, eram acompanhantes das famílias tinham um cotidiano menos árduo, pois cabia a eles servir a mesa dos oficiais, arrumarem os camarotes e as camas. Tais pajens trabalhavam menos que os grumetes e eram considerados superiores a estes, porém estavam sujeitos a má alimentação e exploração sexual (RAMOS, 2000).

Em relação às denominações de “pajens” e “grumetes”, é importante destacar que as crianças que não se enquadravam no modelo da infância burguesa, eram rotuladas como crianças problemáticas, assim como suas famílias, onde não tinham residências adequadas, nem acesso às informações (livros, revistas, jornais) sendo assim incapazes de cuidar dos filhos para o mundo adulto (LOPES, 2003).

Contudo, acaba sendo produzido um conjunto de nomenclaturas organizado por aqueles que não vivem tal realidade dessas famílias.

“Os sujeitos se tornam uma construção da realidade à medida que são nomeados por outros sujeitos através da linguagem, pois” o sujeito é social desde que nasce, constitui-se sempre em relação a outros, mediado pelas significações sociais de seu mundo... Sujeito e mundo não são entes independentes e sim se constituem um ao outro “(EDWARDS, 1998).

Sendo assim no Brasil, desde o início da colonização, as crianças trazem nas diferentes nomeações o conceito daquele momento histórico.

Os pajens vinham de setores médios urbanos, de famílias protegidas pela nobreza, tinham em torno de 14 a 30 anos. Seus serviços eram mais leves e era uma travessia difícil para o mundo adulto e assim chegavam ao Brasil e mesmo não sendo adultos, eles eram tratados como adultos, sem nenhum sentimento de proteção ou cuidado (RAMOS, 1999).

Os grumetes por sua vez realizavam trabalhos mais perigosos e pesados das embarcações, tinham as piores acomodações e alimentações, eram crianças de 09 a 16 anos, largando totalmente o universo infantil em condições sub-humanas (RAMOS, 1999).

Percebemos diante deste contexto uma infância excluída no Brasil, que aparece no discurso histórico.

Com a proclamação da República e a abolição da escravidão, crianças circulavam pelas cidades em busca de comida, casa, na total miséria. Porém, estas eram tidas como “baderneiras”, ou seja, a presença da pobreza incomodava a classe alta, pois tais crianças traziam consigo a “criminalidade”, furtando a beleza e a paz social (CUSTÓDIO, 2009, p14).

Existia uma preocupação com a educação pedagógica e a inserção das crianças na sociedade são ideias e inquietações do fim do século XIX e início do século XX.

Percebe-se a falta de sentimento pela infância no século XII, diante da citação de Áries, o qual afirma que “[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ÁRIES, 25826 1978, p. 50).

Nos séculos XV a criança era vista como um ser inacabado.

[...] um ser inacabado, vista como um corpo que precisa de outros corpos para sobreviver, desde a satisfação de suas necessidades mais elementares, como alimentar-se. Os primeiros anos de vida são para ela, o tempo das aprendizagens do meio que a cerca. Brinca com outras crianças da sua mesma idade e até maiores do que ela; arriscam-se em busca de saberes que lhe poderão ser úteis para viver em comunidade (PASSETTI, s/a. p. 1-2).

A criança era considerada como um adulto em miniatura foi um período que a criança era ignorada e vivia às margens da sociedade, não tendo lugar, nem vez, sendo acometidas de muitas atrocidades.

Contudo, no período do século XV começou-se a percepção em que a criança precisava de diversão e de se socializar na comunidade. E juntamente com

esse pensamento ocorreu entre os séculos XVI e XVII, uma mudança ao traje dessas crianças para que se pudesse identificar a criança do adulto.

Segundo Philippe Aries o traje tinha uma grande importância.

Essa especialização do traje das crianças, e, sobretudo dos meninos pequenos, numa sociedade em que as formas exteriores e o traje tinham uma importância muito grande, é uma prova da mudança ocorrida na atitude com relação às crianças (ARIES, 1978, p.157).

Neste momento passa-se a distinguir o adulto da criança, tendo assim um olhar mais profundo para a criança, como um ser carinhoso passando a ser visto pelos pais e para a sociedade.

Segundo Aries (1978) [...] a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos, um sentimento que poderíamos chamar de paparicação [...].

Portanto, nos meados do século XVII as crianças pobres também eram vistas como paparicadas, mas também foram sendo deixadas de lado, pois moralistas da época formavam outros pensamentos.

[...] o apego à infância e a sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. A criança não era nem divertida e nem agradável. “Todo homem sente dentro de si essa insipidez da infância que repugna à razão sadia; essa aspereza da juventude, que só se sacia com objetos sensíveis e não é mais do que o esboço grosseiro do homem racional” (ARIES, 1978, p. 162).

Percebe-se então os diferentes pensamentos com as crianças e várias opiniões sobre o sentimento de infância que ocorria naquela época.

A infância no Brasil e sua história

No Brasil a criança e o adolescente passam por diversas dificuldades, muitas violações de direitos e muitas privações. Causados pela negligência do Estado, família e sociedades em geral.

Para os Jesuítas “ A puberdade era entendida como o momento de passagem da inocência original da infância à idade perigosa do conhecimento do bem e do mal, em que a criança assumia o comportamento do adulto” (NETO, 2000, p.105).

Contudo para que as crianças não seguissem o comportamento adulto, os jesuítas criaram um Projeto Pedagógico de Colonização Jesuítica, com a missão de catequisar. Eles acreditavam que esse era o melhor momento para serem catequisados e apresentar a fé cristã.

Diante desse projeto, também existiam as crianças que resistiam e eram tidas como demoníacas, acreditava-se que a resistência era por que o mal estava nas crianças.

Segundo Neto (2000, p. 106) Os viam a catequese como forma de “ conservar a docilidade e a obediência da criança”, mais uma forma de ação que acabava por negar a cultura indígena.

Contudo, Neto ainda afirma que essa prática pedagógica, eles também aproveitavam para explorar o trabalho dos indígenas e as suas riquezas naturais das terras (NETO, 2000).

Existia também uma grande dificuldade com as crianças abandonadas, onde os jesuítas não conseguiam enquadrá-las em seu projeto.

[...] um estrondoso número de bebês abandonados que eram deixados pelas mães à noite, nas ruas sujas. Muitas vezes eram devoradas por cães e outros animais que viviam nas proximidades ou vítimas pelas intempéries ou pela fome (NETO, 2000, p.107).

Portanto, diante dessa situação foi instalada no Brasil, uma instituição medieval chamada Roda dos Expostos.

De acordo com Passeti:

Esta roda era uma espécie de dispositivos onde eram colocados os bebês abandonados por quem desejasse fazê-lo. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para o outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido a criança, a fim de avisar o vigilante ou a rodeira dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local (PASSETI, s/a, p. 9).

A Roda dos Expostos foram instaladas na Santa Casa de Misericórdia em 1726 em Salvador, No Recife e outra na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

No entanto, a Roda dos Expostos não perdurou por muito tempo, por volta do século XIX no Brasil essas instituições começaram a ser fechadas, pois passaram a serem consideradas contrárias aos interesses do Estado, as rodas começam a “receber críticas de médicos higienistas, que viam esta forma de assistencialismo como responsável pelas mortes prematuras de crianças” (PASSETI, s/a, p. 11).

Conseqüentemente as crianças passaram a serem vistas como marginais e vadias.

Neto (2000, p.110) afirma que:

Caberia ao Estado implantar uma política de proteção e assistência a criança, a qual foi estabelecida por meio do Decreto 16.272 de dezembro de 1923.

Portanto, a criança deveria ter seus cuidados higiênicos, saúde, educação, buscando a reintegração da criança na sociedade.

A partir de 1960 começam as mudanças sobre a concepção de crianças abandonadas. Neto afirma que:

No ano de 1964, o governo militar introduziu, mediante a Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964, a Política Nacional do Bem - Estar Social do Menor, cabendo a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FEBEM) sua execução. Seus objetivos eram cuidar do menor carente, abandonado e delinquente, cujos desajustes sociais se atribuíam aos desfatos familiares (NETO, 2000, p. 111).

As FEBEM' S foram instaladas com o objetivo de adequar a assistência, que antes era da igreja. As crianças eram encaminhadas pelo juizado de menores para essas instituições na esperança de serem adotadas.

Dessa forma, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988 inseriu a concretização do novo direito, trazendo a democracia participativa e a formulação de políticas públicas como ferramentas no combate à exclusão social (BRASIL, 2010).

Desse modo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, trouxe em seu artigo 6º os direitos sociais, tais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, à proteção a maternidade e à infância, bem como à assistência aos desamparados (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, o artigo 227 dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2008).

Importante destacar que, seguindo tais direitos, constitucionalmente determinados, no dia 13 de julho de 1990 surge a Lei 8.069, denominado Estatuto da Criança e do Adolescente, com votação expressiva nas duas casas do Congresso Nacional, trazendo o Direito da Criança e do Adolescente como ramo jurídico autônomo (ECRIAD, 1990).

O Estado então assume suas responsabilidades sobre a assistência de crianças e adolescentes, tornando os sujeitos de direitos.

Sendo assim, com medidas de lei a favor delas, as crianças e adolescentes, continuavam em alguns casos em situação de abandono e com a mortalidade crescendo mais.

De acordo com Dourado (2009) os processos sociais e econômicos que sustentam e consolidam o capitalismo são fundamentais para as mudanças ocorridas em relação ao papel da criança na sociedade. Isso por que o valor econômico dos filhos das famílias ricas sofre alteração, pois as classes médias e altas entendiam que seus filhos deveriam dar continuidade aos seus projetos de acumulação econômica.

Contudo, as famílias passaram a se preocupar com seus descendentes. As famílias que passaram a viver na cidade, sofriam por não ter suas terras, onde as crianças ajudavam no sustento.

Por outro lado, as famílias ricas, viam suas crianças com a importância de dar continuidade aos seus negócios. Essas famílias ricas sentiram a necessidade de criar um movimento pedagógico para ajudar as crianças que não podiam ser educadas pelas famílias.

No Brasil “o ensino público só foi instalado, e mesmo assim de forma precária, durante o governo do marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII” (DEL PRIORE, 2013, P. 10).

A educação dos filhos das famílias pobres, por muito tempo foi no momento em que se trabalhava com os pais, sabendo cultivar, plantar e colher.

Neste sentido os filhos dos pobres não tinham acesso ao saber como os filhos dos ricos.

Del Priore faz perceber essa afirmação:

No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares (DEL PRIORE, 2013, p. 10).

Sendo assim, a educação da sociedade brasileira é um fator relevante, onde é muito importante entender as questões onde separa as classes com empregados e patrões, por exemplo, deixando explícito uma das múltiplas expressões da questão social, que é a desigualdade social imposta pela sociedade.

Percebemos assim, o quanto os momentos históricos influenciam na concepção da infância e juventude e suas necessidades, sofrimentos e angústias, com a sociedade tratando-a conforme se compreende em cada momento histórico, bem como também as suas leis e avanço no processo de compreender a criança e o adolescente na atualidade.

Assim, ainda que, obviamente, não esgotado o referencial teórico do tema, porém, considerando que podemos concluí-lo, a seguir, será apresentado o percurso metodológico utilizado na pesquisa em questão.

3 METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

O referido trabalho de conclusão de curso trata-se de analisar a O trabalho do Assistente Social em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em uma instituição do Espírito santo.

Para Lakatos e Marconi (2011), a metodologia faz referência ao uso de métodos e tem o propósito de determinar uma direção para alcançar os objetivos propostos.

O tipo de pesquisa será descritiva, pois expõe características de determinada população.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre as variáveis. São inúmeros estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p.42)

A abordagem será qualitativa a qual “[...] pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos [...]” (GOLDENBERG, 2001, p.62).

LOCAL E SUJEITO DA PESQUISA

A pesquisa se dará em uma instituição de um município da Grande Vitória/ES, que se constitui em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos que atende crianças e adolescentes de 06a 15 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, no Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos.

O sujeito da pesquisa é um profissional do Serviço Social, sendo único assistente social da instituição, destinada ao estudo.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E O REGISTRO DE DADOS

Os dados coletados com a profissional foram por meio de entrevista com perguntas abertas e fechadas. Tais perguntas foram previamente explicadas, bem como os objetivos das perguntas e sua relevância.

A coleta de dados constitui uma etapa importantíssima da pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. Os dados coletados serão posteriormente

elaborados, analisados, interpretados e representados graficamente. Depois será feito a discussão dos resultados da pesquisa, com base na análise e interpretação de dados (ANDRADE, 2010, p.137).

Sendo assim, diante da entrevista foi possível alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Marconi; Lakatos (2011) afirmam que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.80).

A participante entrevistada foi submetida a um Termo de Consentimento livre e esclarecido (Apêndice B), sendo devidamente assinado pela entrevistada para a realização dessa pesquisa.

Segundo LAKATOS; MARCONI (2001) as técnicas de coleta de dados, são um conjunto de regras e processos utilizados por uma ciência. Diferentes técnicas podem ser utilizadas, entre elas a entrevista, questionário, observação e a pesquisa documental.

TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados foi realizado através de dados levantados neste estudo diante das informações obtidas na entrevista com a Assistente Social.

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1990, p.168).

Durante o tratamento de dados, foi evidenciada a correlação dos dados obtidos com a pesquisa, ou seja, buscou-se responder os objetivos propostos no estudo, geral ou específicos, contribuindo assim, para a redução e organização dos dados coletados mediante entrevistas e análise de documentos (VERGARA, 2013).

ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Os aspectos éticos fundamentais neste item é a caracterização de que não houve discriminação na seleção dos indivíduos nem a exposição dos mesmos a riscos desnecessários.

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CONEP) nº 510, de 12 de dezembro de 2016, expõe que as pesquisas que envolvam seres humanos

devem atender fundamentos éticos conforme diretrizes e normas que regulamentam esse tipo de pesquisa.

Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. Aprova as diretrizes e normas de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS(CONEP, 2012).

A resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa assegurar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa.

Foi apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Salesiano, com sua posterior aprovação, após o que se deu o processo de coleta de dados. Contudo, foi submetida à instituição participante a Declaração da Instituição Co – participante e, conforme já mencionado, para a participante da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que assim, ambas possam fornecer os dados necessários a pesquisa.

Portanto, após o consentimento, as entrevistas ocorreram na instituição onde ocorreu a pesquisa, com a descrição da fala da participante e sua gravação, sendo posteriormente descartado seu áudio após transcrição do referido material, preservando assim o sigilo, e assegurando a segurança para a participante, conforme determina a Resolução 510/16 que:

Prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações sem prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiros.

Sendo assim, o presente estudo apresenta-se de acordo com as normas éticas de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

O referente Trabalho de Conclusão de Curso é uma pesquisa descritiva que permite expor a característica de uma determinada população, com abordagem qualitativa, onde os dados são coletados através de entrevistas, questionários, fontes documentais e dados estatísticos.

A instituição onde foi realizada a pesquisa é situada em um município da Grande Vitória e oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo caracterizada como uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, prestando atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

A participante da pesquisa foi o profissional do Serviço Social da instituição, onde é a técnica de referência responsável pelas demandas do atendimento social entre as crianças e adolescentes e seus responsáveis.

No que se refere às funções do Assistente Social na Instituição, segundo a entrevistada: O Serviço Social atua na gestão da Instituição, com elaboração de projetos para captações de recursos financeiros e elaboração de prestação de contas [...] de parcerias compactuadas, seja para o poder público e privado. Participa de reuniões de Conselhos Municipais [...], contribuindo para a busca da efetivação de direitos e controle social.

Segundo consta no Artigo 4º, Inciso II da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662 de 07/06/1993):

Art.4º. São competências do Assistente Social: II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (CFESS, 2002; p. 17).

Sua atuação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV na Instituição ocorre em conjunto com o pedagogo e educadores sociais, através de um trabalho multidisciplinar com atividades, palestras e visitas assistidas para o público atendido, com temáticas diferenciadas a cada mês, Realiza também atendimentos individuais as crianças, adolescentes, de 06 a 15 anos de idade e seus familiares e visitas domiciliares. Este público possui renda financeira total familiar até dois salários mínimos, a escolaridade dos mesmos é ensino fundamental incompleto, possuem inadequações das condições de moradia, com domicílios precários com falta de saneamento básico, adensamento excessivo (três ou mais pessoas por dormitórios), entre

outras expressões da questão social, no tocante, o público atendido vivencia risco e vulnerabilidade social. (ENTREVISTADA)

Sobre os atendimentos individuais podemos afirmar que:

(...) permite que a enunciação de um discurso se expresse não só pela palavra, mas também pelo olhar, pela linguagem gestual, pela entonação, que vão contextualizar e, possivelmente identificar subjetividades de uma forma mais evidenciada. Sob esse enfoque, pode-se dizer que o discurso direto expressa uma interação dinâmica (MAGALHÃES: 2003; P.29).

Portanto, com esse olhar identificativo o profissional de Serviço Social pode conhecer as condições e modo de vida social juntamente com a visita domiciliar.

Segundo a entrevistada, a instituição tem como critérios para a inserção das crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a organização de uma lista de espera com nomes de crianças e adolescentes e por ordem da lista, no ato da inscrição na lista citada o responsável legal da criança ou do adolescente passa por uma entrevista individual para verificar se a família possui os critérios para serem inseridos e para uma provável visita domiciliar para futura inserção dos mesmos.

Neste atendimento social é analisado se o mesmo vivencia riscos e vulnerabilidades social, [...] no entanto se vivenciam as múltiplas expressões da questão social como: Situação de isolamento; Trabalho infantil; Vivência de violência e, ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto Egressos de medidas socioeducativas; Situação de abuso e/ou exploração sexual/com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA ou Crianças e adolescentes em situação de rua [...] (ENTREVISTADA)

Além dos critérios citados a criança ou o adolescente precisa estar devidamente matriculado na escola, sendo assim solicitado a declaração escolar no ato da matrícula.

A entrevistada relata que as situações prioritárias, contribuem para a inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na perspectiva da Resolução nº01, de 21 de fevereiro de 2013 dada ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e seu público prioritário (BRASIL, 2013)

Art. 3º Considera-se em situação prioritária para inclusão no SCFV, as crianças e adolescentes e pessoas idosas:

- I- Em situação de isolamento;
- II- Trabalho infantil;

- III- Vivência de violência ou negligência;
- IV- Fora da escola ou defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V- Em situação de acolhimento;
- VI- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII- Egressos de medidas socioeducativas;
- VIII- Situação de abuso ou exploração sexual;
- IX- Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA;
- X- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- XI- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (BRASIL, 2013, p.2-3).

Na instituição, segundo a entrevistada, recebem encaminhamentos de crianças e adolescentes que não estão na lista de espera, por demandas encaminhadas pelos seguintes equipamentos: Conselho Tutelar; Equipe de Proteção Social Especial; Psicólogo da Unidade Básica de Saúde ou Especialista em Assuntos Educacionais da Escola Municipal e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, ambos os encaminhamentos necessita atender os critérios de inserção. (ENTREVISTADA)

Referente às demandas mais recorrentes do Serviço Social, a Entrevistada relata que são as atividades burocráticas mediante a gestão institucional, atuando na elaboração de projetos para captação de recursos financeiros, elaboração de prestação de contas de parcerias compactuadas, seja do poder público e privado, elaboração de ofícios para busca de captação de recursos financeiros.

No que se refere ao atendimento social ao público atendido.

As demandas mais recorrentes são casos de isolamento social, falta de alimentos para as famílias, violência sexual e doméstica, denúncia de maus tratos, problemas psicológicos, que neste caso são encaminhados para a psicóloga da instituição ou encaminhados para o CRAS. As dificuldades no aprendizado ou déficit educacional também são encaminhadas para o pedagogo da instituição (A ENTREVISTADA).

Portanto na instituição foi relatado pela entrevistada que recebe várias demandas e cada uma delas é encaminhado para o serviço no qual a demanda está relacionada.

Sobre as legislações e políticas públicas envolvidas no âmbito profissional do Assistente Social, relacionados ao SCFV, a entrevista afirma que são: Código de Ética Profissional do Assistente Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal de 1988, LOAS, PNAS e Tipificação de Serviços Socioassistenciais, o que nos permite inferir que a mesma trabalha com bom embasamento teórico-metodológico.

O Serviço Social na Instituição busca a promoção e emancipação social do público atendido que vivenciam riscos e vulnerabilidade social, na busca de uma nova realidade social para os mesmos e o enfrentamento das expressões da questão social, organiza palestras e dinâmicas de grupo, com temáticas de relevância social como: Drogadição, gravidez precoce, profissionalização, meio ambiente, violência sexual, saúde da mulher e entre outras. E realiza encaminhamentos para rede socioassistencial.

De acordo com Sousa (2008) o Assistente Social torna-se um facilitador que provoca reações e situações que levem a reflexão de um grupo em um determinado tema, trazendo assim sua intervenção em diversas expressões da questão social.

Quando questionada sobre os principais desafios do Assistente Social na instituição, a entrevistada relata a falta de recursos financeiros que promove a permanência das condições precárias da estrutura física da Instituição e a falta de profissionais para execução dos serviços. Acrescenta que a falta de recursos financeiros destinado do poder público para execução do serviço socioassistencial é um grave dificultador do funcionamento correto do atendimento ao público na instituição, sendo essa problemática um grande desafio enfrentado cotidianamente pelo Assistente Social. (ENTREVISTADA)

Deste modo, para Iamamoto:

[...] o Assistente Social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não- governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional (IAMAMOTO, 2012^a, p.63).

Essa problemática propicia o aumento de dificuldades na execução das competências e atribuições do exercício profissional do Assistente Social, como: impedimentos no alcance dos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento Vínculos por falta de espaço, materiais e equipamentos para a oferta das atividades. Assistente Social entrevistada é uma profissional polivalente, devido ao grande número de demanda e poucos profissionais para a oferta do serviço, a mesma atua na gestão da Instituição, na elaboração de planejamento das atividades ofertadas e realiza atendimento ao público direto e indireto. No tocante, o principal desafio é a continuidade da oferta de um serviço de grande relevância social com poucos investimentos públicos.

Sobre a maior dificuldade enfrentada pelo Assistente Social, segundo a entrevistada, é o seu exercer profissional na Instituição ser polivalente, com isso, impede a expansão do atendimento social aos beneficiários diretos e indiretos.

A entrevistada relata que:

Devido ao grande número de demandas e poucos profissionais para a oferta de serviço, a mesma atua na gestão da instituição com muitas atribuições e a continuidade do serviço é o grande desafio que a entrevistada relata. A falta de reconhecimento pelo poder público é uma grande dificuldade, pois com isso até o público alvo não entende a verdadeira função do Assistente Social. (A ENTREVISTADA)

Contudo, ficou claro que a profissional, em todas as ações que desenvolve, visa proteger os direitos sociais, civis, políticos e econômicos da população.

Finalizamos, aqui, a apresentação dos resultados dos dados coletados na entrevista, realizada em articulação a fundamentos teóricos que possibilitam uma qualificada reflexão sobre os mesmos, bem como, junto ao referencial teórico deste estudo, nos embasa para traçar as considerações finais, abaixo descritas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar o trabalho do Assistente Social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e para tal, realizamos um estudo teórico da prática profissional aliado à escuta de uma Assistente Social, através de entrevista semiestruturada, sobre a realidade vivida em uma instituição social.

Podemos afirmar que o SCFV para crianças e adolescentes objetiva o desenvolvimento do protagonismo e autonomia de seus participantes por meio de um conjunto de ações que envolvam principalmente a cidadania e a inclusão de crianças e adolescentes que estão sob o risco de violações de direitos (BRASIL, 2010).

A instituição foi escolhida através de um olhar mais profundo no campo de estágio acadêmico, motivou a pesquisa com vistas a identificar as demandas, desafios e as atribuições do Serviço Social em prol da garantia de direitos sociais das crianças e adolescentes em uma instituição. O presente estudo buscou identificar as demandas mais recorrentes e os desafios no âmbito profissional do Assistente Social.

Desse modo iniciamos o estudo contextualizando sobre a origem do Serviço Social, no Brasil, que foi marcado pela presença da Igreja Católica, onde a atuação do Assistente Social era muito restrita, onde eles tinham o propósito de intervir nas famílias ajudando-as em um âmbito na formação moral, intelectual e social.

Diante dos estudos observou-se que a partir do Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome (MDS) evidencia-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como parte integrante da Proteção Básica e com o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Deste modo observamos a grande importância do trabalho da instituição com as crianças e adolescentes de 07 a 15 anos, permitindo um conjunto de ações relacionadas à cidadania e o combate a violação de direitos.

No que se refere à atuação do Assistente Social na instituição observou-se que ela atua na captação de recursos financeiros e prestação de contas no projeto e participações nos Conselhos de Direitos.

Para a inserção das crianças e adolescentes realiza visita domiciliares, faz atendimento individual ou em grupo na instituição, sempre contribuindo para uma melhor intervenção de acordo com a problemática encontrada.

Foi observado que a maioria das famílias possui uma renda inferior, levando a falta de moradia ou condições desumanas, falta de alimentação, deixando claramente as múltiplas expressões da questão social. Bem como a inserção de crianças e adolescentes em situações de violação de direitos, como violência doméstica, trabalho infantil, situação de abuso sexual, bem como outras expressões da questão social.

Percebeu-se através da entrevista, que a instituição tem suas ações vinculadas às políticas públicas e que a profissional entrevistada, contribui para a garantia de direitos da criança e do adolescente, tendo como base o Estatuto da Criança e o Adolescente e, também, o Código de Ética Profissional.

Por fim, observou-se que os desafios da profissional, na referida instituição dá-se na falta de recursos, implicando nas precárias condições físicas da instituição e na falta de profissionais para aprimorar o atendimento oferecido, dificultando também a compra de alimentação e materiais de trabalho para as crianças e adolescentes.

Mediante o que foi exposto no presente estudo, foi possível descrever e analisar o trabalho do Assistente Social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atingindo alcançando os objetivos propostos pelo mesmo, sendo permitido um olhar mais profundo para a realização deste trabalho e um enriquecimento de conhecimento à prática profissional do Serviço Social.

Percebeu-se também a grande importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em nossa sociedade, pois é uma oferta de acolhimento às pessoas excluídas e, por vezes, violadas em seus direitos de cidadania e, ainda que com avanços de reconhecimento da profissão, ainda existe um caminho árduo para uma sociedade mais justa e menos desigual.

O presente estudo nos faz perceber que as crianças e os adolescentes sempre foram alvos da violação de direitos.

A criança sendo vista como adulto no Brasil Colônia, dificultou muito a sua trajetória até nos dias de hoje. Sendo assim exploradas, abusadas e abandonadas.

Percebemos também que a partir do século XX, foi dando início às discussões sobre a infância, possibilitando novos rumos em prol dos direitos da crianças e adolescentes .

Porém, essas discussões não combate ainda a desigualdade social em que elas se encontram, onde algumas tem acesso aos recursos e outras não tem acesso para sua própria sobrevivência.

Fazendo com que o Serviço Social juntamente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos promovam o combate a desigualdade social e violação de direitos da criança e do adolescente.

Encerra-se, assim, o presente estudo, ciente de que não se esgota o tema apresentado, porém espera-se que o mesmo possa contribuir na reflexão sobre o mesmo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de, Introdução à metodologia de trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação/ Maria Margarida de Andrade- 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BARBOSA, Patrícia Fernandes Aguiar, O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Bairro Mário Quintana em Porto Alegre/ RS: O Assistente Social e a articulação em rede, 2015, 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) _ Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- BESSA, Ticiani Maria Gonçalves, A Atuação do Assistente Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes do CRAS de Alvorada, 2015, 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social)_ Faculdade Católica do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Brasília: Secretária Nacional de Assistência Social, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em:< BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Texto da Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Brasília: MDS, 2009a.
- BRUXEL, J. L. Definição de um interpretador para a linguagem Portugol, utilizando gramática de atributos.1996. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Ciências da Computação) –Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 1996.

CARVALHO, Raul de & IAMAMOTO, Marilda. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito. 2008. 45f. Monografia (Bacharel em Direito) – Departamento de direitos, Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>>. Acesso em 19 de ago. de 2015.

CERVO, Amado L., Berviam Pedro A. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

COLIN, D. R. A.; FOWLER, M. B. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social anotada. São Paulo, Veras Editora, 1999

COUTO, Berenice Rojas et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.32-65.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In:

CUSTÓDIO, André Viana. Direito da criança e do adolescente. Criciúma: UNESC, 2009.

DEL PRIORI, Mary. História da criança no Brasil. In: PASSETI, Edson. As crianças brasileiras: um pouco de sua história. Texto mimeografado [S.l: s.n].

DOURADO, Ana Cristina Dubeux. História da Infância e Direitos da Criança. Edição Especial Salto para o Futuro. Ano 19 – Nº 10 – Setembro/2009.

DIGIÁCOMO, Murilo José.; DIGIÀCOMO, Ildeara de Amorim. Estatuto da Criança e Adolescente; anotado e interpretado. Curitiba, SEDS, 2013.

- EDWARDS, Verônica. Os sujeitos no universo da escola: Um estudo etnográfico no ensino primário. São Paulo:Ática, 1999.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional.10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. In Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed.São Paulo: Atlas, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 3. ed.São Paulo, Cortez, 1995.
- _____. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo:Cortez, 2004.
- JORNAL DE PEDIATRIA, Porto Alegre, v. 88, n. 3, maio/jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0021-55720120003&lng=pt&nrm=iso>.Acesso em: 17 ago. 2012.
- LAKATOS, E.M.;MARCONI, M.A. Fundamentos metodologia científica, 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LIMA, Letícia Conceição de Almeida e. A educação da criança no Brasil – (RE) Contando Histórias. Revista Paradoxa- Projetivas múltiplas em educação UNIVERSO, vol. 8, nº 10/11, 2001.
- LOPES, Jader J.M. Então somos “Mutantes”: Espaço, lugar e território de Identidades em crianças imigrantes. Tese de doutorado, Niterói, UFF.2003
- MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.
- _____.Metodologia Científica, Ciência e Conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis e metodologia jurídica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- NETO, João Clemente de Souza. História da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista unifeo**, revista semestral do Centro Universitário FIEO – ano 2, nº 3 (2000).

OLIVEIRA, Zilda Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** – São Paulo: Cortez, 2002. – (Coleção docência em formação).

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. COUTO, Berenice Rojas. O Direito e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

PIANA, MC. A construção do perfil do(a) assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from Scielo Books.

PRIORE, Mary Del (Org.) História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto. 1999.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

SCHULTZ, Elisa Stroberg. BARROS, Solange de Moraes. A concepção da infância ao longo da sua história no Brasil contemporâneo. Lumiar, revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, vol. 3(2): 137-147, 2011.

SILVA, Jurema Alves Pereira da. O papel da entrevista na prática do serviço social. In: Em Pauta. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da UERJ, n. 6, 1995.

SOUSA, Charles Toniolo de. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipação>

SOUZA, Maria Luíza de. Desenvolvimento de comunidade e participação. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. et alli. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise. São Paulo: Cortez, 1986.

YAZBEK, M.C Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. Temporalis: ABEPSS, ano III, n 3, p.33-40, jan./JUN.2001.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de Pesquisa em administração. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>



APÊNDICE A – Entrevista

1. Fale um pouco sobre sua função e o público atendido na instituição:
2. Quais são os critérios para a inserção das crianças e adolescentes no SCFV?
3. Quais são as demandas mais recorrentes do Serviço Social?
4. Quais são as políticas públicas envolvidas no âmbito profissional do Assistente Social, relacionado ao SCFV?
5. O que o Serviço Social na instituição, propõe para a criança e para os adolescentes em prol da garantia de direitos sociais para os mesmos?
6. Quais são os principais desafios do Assistente Social no SCFV?
7. Qual é a maior dificuldade enfrentada pelo Assistente Social na sua prática profissional? E o que você atribui essa dificuldade?
8. Gostaria de completar este questionário com alguma informação ou reflexão que você julgue importante?



APÊNDICE B – Termo de Responsabilidade de Utilização de Dados

Eu, Assistente Social da instituição, tenho conhecimento e cumprirei os requisitos da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares. Como responsável pela pesquisa eu Aline Andréa Costa, comprometo-me a manter a privacidade e confidencialidade dos dados utilizados nos documentos base desta pesquisa. Estamos cientes de que os dados obtidos somente poderão ser utilizados para o projeto para o qual se veiculam.



APÊNDICE C – Declaração da Instituição Co-Participante

Declaro ter conhecimento do Projeto de Pesquisa, intitulado, SERVIÇO SOCIAL E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, a ser desenvolvida pela pesquisadora responsável, a Virgínia Pertence Couto e pela estudante Aline Andréa Costa no Centro Universitário Salesiano. De ter ciência da aprovação do parecer ético emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Instituição Proponente: Centro Universitário Salesiano, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa no que tange a autorização para que a estudante possa fazer uso dos dados coletados, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar do(s) sujeito(s) de pesquisa nela indicado, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Vitória (ES), _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição